



Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. Justa causa anulada por desproporcionalidade quando ausentes advertências anteriores e prova inequívoca da falta


 A 1ª Turma do TST manteve a anulação de justa causa aplicada a empregado que, alegando crise de enxaqueca, se retirou do trabalho após o registro de ponto, por entender que a penalidade máxima foi desproporcional diante da ausência de reincidência, da longa trajetória funcional do trabalhador e da falta de aplicação de medidas disciplinares intermediárias.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça o princípio da proporcionalidade na aplicação de penalidades disciplinares. Para que a justa causa por desídia ou abandono de posto seja válida, exige-se histórico de advertências prévias, documentação das faltas e ausência de justificativa plausível. Necessário se resguardar com procedimento escalonado de aplicação de sanções — advertência escrita, suspensão e, somente então, demissão por justa causa —, com registros formais de cada ocorrência.

 <https://www.tst.jus.br/-/auxiliar-acusado-de-bater-ponto-e-ir-embora-reverte-justa-causa>


2. Norma coletiva não pode descaracterizar regime de turnos ininterruptos de revezamento para suprimir horas extras


 A 7ª Turma do TST reconheceu que motorista atuava em turnos ininterruptos de revezamento, invalidando a cláusula coletiva que tentava descaracterizar o regime, e condenou a empresa ao pagamento de horas extras a partir da 6ª hora diária ou da 36ª hora semanal (CF, art. 7º, XIV).

 **RELEVÂNCIA:** Decisão de relevância direta para atividades com alternância de horários. A negociação coletiva não pode afastar a limitação constitucional da jornada em turnos de revezamento quando houver efetiva prejudicialidade à saúde do trabalhador. Os instrumentos coletivos devem manter a compatibilidade com os limites constitucionais previstos.

<https://www.tst.jus.br/-/motorista-de-onibus-que-trabalhava-ate-12-horas-por-dia-consegue-receber-hora-extra-apos-a-sexta>


3. Câmera de vigilância instalada em copa não configura dano moral coletivo


 A 1ª Turma do TST isentou empresa de condenação por dano moral coletivo decorrente da instalação de câmera de vigilância na copa dos empregados, por entender que o monitoramento se enquadra no poder diretivo e fiscalizatório do empregador, não expondo os trabalhadores a situação humilhante, vexatória ou atentatória à sua privacidade.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão delimita os contornos lícitos da vigilância no ambiente de trabalho: câmeras em espaços coletivos de uso comum — copa, refeitório compartilhado, áreas de acesso — são admitidas como exercício do poder diretivo (CLT, art. 2º), desde que não instaladas em locais de uso íntimo (banheiros, vestiários). Recomenda-se formalizar política interna de monitoramento, comunicar os empregados previamente e registrar a finalidade da vigilância, evitando excessos que possam configurar abuso de direito.

<https://www.tst.jus.br/-/camera-de-vigilancia-instalada-em-copa-nao-violata-intimidade-de-empregados>


4. TST supera precedente e reconhece estabilidade gestacional em contratos temporários — efeitos a modular


 O Pleno do TST, por maioria, superou o entendimento firmado em 2019 e passou a reconhecer o direito à estabilidade provisória de gestantes contratadas sob regime de trabalho temporário (Lei nº 6.019/74), em alinhamento à tese de repercussão geral do STF (Tema 542), que assegura a garantia de emprego independentemente do regime de contratação. A modulação dos efeitos da decisão será analisada em sessão subsequente.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão sedimenta o entendimento que qualquer dispensa de trabalhadora gestante em contrato temporário poderá gerar direito à indenização equivalente ao período de estabilidade.

<https://www.tst.jus.br/-/tst-passa-a-garantir-estabilidade-a-gestantes-em-contratos-temporarios>


5. Racismo no ambiente de trabalho gera indenização e obrigação de adotar políticas institucionais de combate à discriminação


 A 11ª Câmara do TRT-15 manteve a condenação de empresa ao pagamento de indenização por danos morais a trabalhador vítima de ofensas raciais praticadas por superior hierárquico e determinou, de ofício, a realização de campanhas anuais de conscientização contra o racismo no ambiente laboral pelo período de cinco anos.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão evidencia que as consequências do racismo no trabalho vão além da indenização ao trabalhador lesado, a empresa deve se comprometer judicialmente a implementar políticas institucionais de diversidade e combate à discriminação, independentemente de pedido expresso. Imprescindível a promoção de treinamentos periódicos de lideranças, estabelecer canal de denúncia e documentar todas as providências adotadas, reduzindo o risco de condenações estruturais.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/11a-camara-do-trt-15-mantem-indenizacao-por-racismo-e-determina-de-oficio-adocao-de>


6. STF afasta suspensão indevida de ação sobre vínculo doméstico informal — Tema 1.389 não alcança trabalho doméstico


 O Ministro Gilmar Mendes, do STF, determinou o prosseguimento de ação trabalhista que buscava o reconhecimento de vínculo empregatício doméstico, por concluir que a suspensão nacional determinada no âmbito do Tema 1.389 — que trata da validade de contratos civis de prestação de serviços (pejotização) — não alcança relações de trabalho doméstico informal, prestado de forma contínua, subordinada e onerosa.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão delimita o alcance do Tema 1.389 e alerta empregadores domésticos e famílias que contratam trabalhadoras sem registro formal: a suspensão processual não protege essas relações da análise judicial de vínculo empregatício. A prestação de serviços domésticos de forma contínua e subordinada — ainda que alegada como eventual — configura presunção de relação de emprego (LC nº 150/2015), com todas as verbas decorrentes.

 <https://www.migalhas.com.br/quentes/452711/suspensao-indevida-gilmar-mendes-libera-acao-sobre-vinculo-domestico>


7. STF reafirma aplicação imediata do Código Florestal e invalida decisão que adotou legislação anterior mais restritiva


 O STF reafirmou a obrigatoriedade de aplicação imediata do Código Florestal (Lei 12.651/2012), inclusive a fatos pretéritos, conforme já decidido em Ações Diretas de Inconstitucionalidade-ADIs e Ação Declaratória de Constitucionalidade-ADC, considerando que o afastamento dessa aplicação pelo TRF3, com base no *tempus regit actum* e na vedação ao retrocesso ambiental, viola a autoridade das decisões do STF.


 **RELEVÂNCIA:** Reforça a segurança jurídica e consolida o entendimento que o novo Código Florestal deve ser aplicado inclusive a situações anteriores, afastando interpretações mais restritivas baseadas na legislação revogada.

 [Rcl 90362](#)


8. Justiça reafirma que projetos em terras indígenas dependem de decisão coletiva das comunidades

 A decisão judicial estabeleceu que empresas privadas não têm legitimidade para impor ou judicializar projetos econômicos em terras indígenas contrariando a vontade coletiva da comunidade. O usufruto das riquezas nessas áreas possui natureza coletiva e indisponível, devendo respeitar a autonomia das instâncias próprias de decisão indígena e o entendimento reforça a necessidade de consentimento comunitário e limites à atuação empresarial.

 **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça a centralidade do consentimento coletivo (consulta prévia) em qualquer atividade econômica em áreas indígenas, alinhado à Constituição (art. 231) e a tratados internacionais.

 <https://www.conjur.com.br/2026-mar-23/empresa-nao-pode-impor-projeto-em-terra-indigena-contradecisao-coletiva/>

9. TJ-SP condiciona cobrança por carga poluidora de esgoto à existência de estudo técnico prévio

 A decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo afastou a cobrança de tarifa adicional por carga poluidora de esgoto por ausência de estudo técnico específico que comprove o nível real de poluição gerada. O Tribunal entendeu que não basta presunção ou enquadramento genérico da atividade econômica, uma vez que a cobrança sem base técnica viola os princípios da legalidade, motivação e proporcionalidade.

◆ **RELEVÂNCIA:** O entendimento tem impacto direto sobre produtores rurais e agroindústrias que utilizam sistemas de saneamento ou lançam efluentes, sinalizando que políticas de cobrança ambiental em SP precisarão ser mais robustas, justificadas e tecnicamente fundamentadas.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2026-mar-23/cobranca-de-tarifa-de-carga-poluidora-de-esgoto-exige-estudo-previo/>

10. Judiciário reforça exigência de lei específica para destinação de áreas protegidas

📄 A decisão reafirma que a desafetação (destinação de bem público) ou alteração de áreas de proteção ambiental depende de lei específica, participação social e análise técnica, sob pena de nulidade. O entendimento segue a lógica do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e do art. 225 da Constituição, evitando retrocessos ambientais.

◆ **RELEVÂNCIA:** O entendimento tem impacto direto sobre regiões com forte sobreposição entre produção e restrições ambientais e qualquer flexibilização ambiental terá alto custo político, técnico e legislativo.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2026-mar-24/desafetacao-de-area-de-protecao-ambiental-exige-lei-especifica/>

11. Autuação ambiental em área de proteção reforça rigor fiscalizatório sobre uso irregular do solo

📄 A Prefeitura do Rio de Janeiro autuou o campo de golfe localizado numa Área de Proteção Ambiental por supostas irregularidades ambientais, incluindo intervenções não autorizadas e danos à vegetação nativa. A medida ocorre em contexto de descumprimento de decisões judiciais e indícios de continuidade de obras embargadas. O caso envolve área protegida e possível supressão de vegetação de restinga, com discussão acerca da renovação do Termo de Permissão de Uso (TPU) concedido à empresa.

◆ **RELEVÂNCIA:** O caso evidencia o endurecimento da fiscalização ambiental em áreas protegidas, com aplicação de sanções mesmo diante de empreendimentos consolidados e reforça a necessidade de estrita observância de licenças, embargos e limites de uso em APPs e APAs, sob risco de autuações e paralisação de atividades.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2026-mar-24/prefeitura-do-rio-autua-campo-de-golfe-por-violacao-ambiental/>

Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.